

Para aquecer o debate



Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Este início de ano eleitoral chega acompanhado de duas novas leituras para os interessados em revisar o desenvolvimento do Brasil e analisar propostas de políticas que coloquem o país numa trajetória sustentável de crescimento econômico e do bem-estar social. O *flagelo da economia de privilégios: Brasil 1947-2020* (FGV Editora, 2021), apresentado por seu autor Fernando de Holanda Barbosa na entrevista deste mês (pág. 12), destrincha o círculo vicioso que leva o país a recorrentes períodos de crise fiscal e estagnação através da histórica cultura de privilégios presente no Brasil e seu difícil combate. Já *Reconstrução – o Brasil dos anos 20* (Série IDP, Editora Saraiva, 2022), parte da análise de desafios brasileiros criados ou acentuados no governo Bolsonaro, em 20 capítulos temáticos que vão das contas públicas à educação, da progressividade tributária ao sistema eleitoral, cada um com seu diagnóstico e propostas de solução.

As particularidades de cada livro também passam pelo ponto de vista de seus autores. O primeiro sai da perspectiva ímpar de Barbosa, que na década de 1980 foi um dos escalados para o “projeto de substituição

de importações da FGV” – como ele descreve, de forma bem-humorada, sua experiência junto a outros economistas que rumaram à Universidade de Chicago para fazer seu doutorado e então colaborar com a produção acadêmica e docente da própria Fundação –, seja por seu gosto por viagens, que lhe permitem pensar seu próprio país sob perspectivas diferentes. O segundo é uma coletânea do pensamento de 29 autores, nascidos a partir da década de 1980, reunidos pelos economistas Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Laura Karpuska, professora do Insper, e o jornalista João Villaverde, professor da FGV-SP e da Escola Comum, autor do livro-reportagem *Perigosas pedaladas* (Geração Editorial, 2016), sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. “Este projeto surgiu em 2020, em meio à pandemia e à incerteza sobre a produção e compra de vacinas à altura da demanda, a partir de uma proposta que fiz a Villaverde de reunirmos pessoas para discutir o futuro do país, nas diversas áreas, buscando diversidade e pluralidade”, conta Salto. Villaverde fala que a seleção de autores reúne tanto vozes já estabelecidas no

debate público – como os economistas Laura Carvalho (USP) e Pedro Fernando Nery, consultor legislativo do Senado – como outras ainda pouco conhecidas. “Um exemplo é o da economista Tainá Pacheco, a mais nova do grupo, coautora do capítulo sobre propostas de políticas para a habitação. Ele foi premiada como a melhor monografia na graduação em Economia na USP e como a melhor dissertação de mestrado em Administração Pública na FGV Eaesp, e certamente será uma voz cada vez mais ouvida”, diz.

Entre o livro de Barbosa e a coletânea de análise de *Reconstrução*, podem-se identificar ideias comuns. Como a de que, para fazer o país prosperar, é preciso eliminar a dicotomia entre Estado e mercado. O que, na visão de Barbosa, poderia nos aproximar de um modelo de economia social de mercado bem-sucedido como o observado em Cingapura. E que também é defendido por Bráulio Borges, pesquisador-associado do FGV IBRE, no capítulo de abertura de *Reconstrução*. “É importante pensar que Estados e mercado podem ser complementares. Da mesma forma que se tem falhas de governo que precisam ser explicitamente corrigidas pelo de-

senho de mecanismos institucionais, há falhas de mercado, de coordenação, que aprendemos nas últimas décadas e que justificam a atuação um pouco mais ativa do Estado”, afirma. Borges ressalta a importância deste na promoção de competição – dando o exemplo do aumento do poder das *big techs* e sua concentração de mercado –, como também no mercado de trabalho, com regulações que impeçam um jogo muito desequilibrado entre trabalhadores e empresas. “Outro ponto nessa discussão é que, mais importante que discutir o tamanho do Estado é avaliar como ele arrecada os recursos e no que e como ele gasta”, conclui.

Borges defende que a Constituição de 1988 foi um avanço nessa direção ao implementar um Estado de bem-estar social de fato no Brasil. “Muitas vezes achamos que o Brasil está parado, mas não nos damos conta de que em 1950 o PIB *per capita* do Brasil se equiparava ao da Somália hoje, que no começo dos anos 1980 o Brasil tinha um PIB *per capita* igual ao do Vietnã hoje. E que mesmo com a recente década perdida, nosso PIB *per capita* atual é equivalente ao de Portugal nos anos 1980. E mais: com a Constituição de 1988, esse crescimento se tornou mais inclusivo – com mais cobertura de saúde, educação universal, aumento de expectativa de vida”, enumera. Mas reconhece a necessidade de reformas. “Temos muitos problemas a resolver; entretanto não podemos olhá-los achando que o problema do crescimento do Brasil foram as políticas de bem-estar social presentes na Constituição. Essa dicotomia muitas vezes colocada no debate entre equidade e eficiência é

misleading, pois ignora várias outras dimensões”, defende.

Felipe Salto dedicou seus momentos de folga da atividade na IFI para abordar dois temas. Em um capítulo, trata de política econômica com Laura Karpuska e Ricardo Barboza, economista do BNDES, pesquisador-associado do FGV IBRE. Em outro, fala de contas públicas e regras fiscais em parceria com Vilma Pinto, diretora da IFI, ex-pesquisadora do FGV IBRE, e Guilherme Tinoco, economista do BNDES atualmente cedido à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, onde exerce como assessor especial do secretário Henrique Meirelles. “No primeiro capítulo conseguimos, a meu ver, resgatar o histórico da condução da economia desde os anos 1980, identificando acertos e erros dos diferentes períodos e das respectivas estratégias adotadas. Preocupamo-nos em mostrar propostas concretas, que passam pela maior integração do Brasil no mundo, pela reorganização das contas públicas, pelo aumento da eficiência nos gastos públicos, com resultados diretos para a qualidade das políticas ofertadas e, portanto, para a produtividade da economia”, descreve Salto. Já no capítulo de finanças públicas, o foco foi apresentar a evolução de indicadores fiscais, como a dívida pública e o resultado primário (que não inclui juros), e discutir o arcabouço fiscal vigente. “Mostramos as vantagens e desvantagens das regras adotadas no Brasil (teto de gastos, regra de ouro, meta de resultado primário etc.) e propomos, ao final, o que denominamos de harmonização das regras fiscais.” Esse, defende, é o “passo zero” para se resgatar a cre-



FGV Editora, 2021
ISBN: 9786556520940 | 228 páginas



Editora Saraiva Jurídicos, 2022
ISBN: 786553623057 | 488 páginas

dibilidade perdida com a virada de mesa recente no teto de gastos, via Emendas Constitucionais 113 e 114, derivadas da chamada PEC dos Precatórios, em 2021.

Tanto Barbosa, em *O flagelo da economia de privilégios*, quanto os

organizadores de *Reconstrução* reconhecem que, além de bons diagnósticos e projetos, é preciso cuidar da economia política que definirá seu destino, e que costuma ser um importante entrave no Brasil. Barbosa cita, entre passos importantes nesse caminho, a busca por uma profissionalização cada vez maior da gestão pública, citando em especial o exemplo das agências reguladoras. “No nosso caso, tomamos o cuidado de trazer reflexões sobre o sistema eleitoral, a organização do Estado, os sistemas de governo, o federalismo e o papel da imprensa”, descreve Salto. “São capítulos preciosos, que podem ajudar a formular propostas de saída para a crise política e institucional em que nos metemos. A política nos trouxe até aqui e é por meio dela que vamos voltar a uma trilha democrática, plural e profícua”, diz.

Uma dessas análises é a de Villaverde com o cientista social Rodrigo Brandão, pesquisador do Center for Artificial Intelligence (C4AI, parceria entre USP, Fapesp e IBM), sobre os sistemas presidencialista e parlamentarista. Para Villaverde, analisar o parlamentarismo pode nos ajudar a entender os problemas do presidencialismo de coalizão brasileiro – que, diz, foi comprometido ao máximo no atual governo. “O binômio bolsonarista de governar – omitir-se de decisões e alimentar um risco incessante de ruptura – mostra que chegamos num esgarçamento quase total do sistema.” Ele defende que, diante do agigantamento do Congresso Nacional observado nos últimos 6 anos – refletido em fatos como seu aumento de poder via emendas parlamentares imposi-

Analisar o parlamentarismo pode nos ajudar a entender os problemas do presidencialismo de coalizão brasileiro, defende João Villaverde

tivas e o orçamento secreto, “além do poder de definir sozinho a regulamentação do Fundeb, por exemplo, tema mais importante no campo da educação dos últimos 15 anos, nesse caso por omissão do Executivo” –, não soa absurdo analisar o que seria tê-lo como governo de fato. “Hoje o Congresso é pouco cobrado por ações de governo, embora tenha governado cada vez mais. Sob um sistema parlamentarista, teria que prestar contas disso”, compara.

Mesmo que essa discussão não leve a uma mudança de sistema de fato, Villaverde reforça que poderia alimentar questionamentos importantes sobre o rumo do nosso presidencialismo. “Uma análise como essa pode nos ajudar a consolidar um diagnóstico, por exemplo, de que o denominador comum de sistemas presidencialistas e parlamentaristas, quando e onde eles funcionaram, está no fato de haver poucos partidos representados no governo”, afirma, apontando como temerário ter reformas políticas

frequentes. “A reforma aprovada em 2017 já era boa, mas foi atenuada no ano passado pela Câmara”, diz, ressaltando a importância de cláusulas graduais que levem à redução do número de partidos com acesso a recursos públicos e representação no Congresso – o que não implica a total ausência de outras legendas, que podem se fortalecer com o tempo e disputar o lugar das que hoje fazem parte dessa representação. “Como Sérgio Abranches diagnosticou há muitos anos, nossa tendência é ter muitos partidos. Infelizmente associamos ter poucos partidos à ditadura, pois só vivemos essa situação quando a ditadura militar forçou para que fossem apenas MDB e Arena”, diz. “Dessa forma, acabamos interpretando democracia como sinônimo de muitos partidos. Mas isso é um grande problema, que acaba atrapalhando o governo.”

Salto reforça a mensagem de que o desafio maior apresentado no livro é de valorizar a democracia e o Estado de Direito. “Isso se perdeu, em boa medida, com o negacionismo que aí está. Perdeu-se não só a liturgia dos cargos, das regras e das leis. A crise, na verdade, é profunda: estética, moral, ética, institucional, política, social e econômica”, diz. “Queremos estimular o debate, combinar opiniões que podem até ser divergentes, mas de cujo confronto podem sair propostas de políticas públicas, de ações de governo e de diretrizes para as lideranças eleitas para dirigir o país a partir de 2023”, afirma, defendendo que os anos 2020 não precisam ficar marcados pelo obscurantismo. “Podemos salvar essa década. É um desafio coletivo.”